

ANEXO I AO CONTRATO OCS Nº 288/2017
TERMO DE REFERÊNCIA**1. OBJETO**

1.1 A presente licitação tem por objeto a contratação de prestação de serviços de auditoria externa independente, abrangendo a assistência, o acompanhamento e a fiscalização dos Processos de Desestatização da Companhia Energética do Piauí S.A. – CEPISA, Companhia Energética de Alagoas S.A. – CEAL, Companhia de Eletricidade do Acre S.A. – ELETROACRE, Centrais Elétricas de Rondônia S.A. – CERON, Boa Vista Energia S.A. e Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (doravante designado “Processos de Desestatização das Empresas”) até seus encerramentos, de acordo com o art. 22 do Decreto nº 2.594, de 15.05.98, o inciso II do art. 2º da Resolução CPPI nº 3, de 13.09.2016, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis à espécie e consoante especificações a seguir previstas.

2. GLOSSÁRIO

- I. **AÇÕES:** são as ações de emissão da Companhia Energética do Piauí S.A. – CEPISA, Companhia Energética de Alagoas S.A. – CEAL, Companhia de Eletricidade do Acre S.A. – ELETROACRE, Centrais Elétricas de Rondônia S.A. – CERON, Boa Vista Energia S.A. e Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - AmD depositadas no FND, nos termos do art. 10 da Lei nº 9.491/97.
- II. **Amazonas Distribuidora de Energia S.A:** é a distribuidora de energia Amazonas Distribuidora de Energia S.A - AmD, sociedade de economia mista, de capital fechado, de direito privado, subsidiária integral das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, com sede na Avenida Sete de Setembro, nº 2.214, Cachoeirinha – Manaus – Amazonas, CEP 69.005-140, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 02.341.467/0001-20.
- III. **ANEEL:** é a Agência Nacional de Energia Elétrica, órgão normativo e fiscalizador dos serviços públicos de energia elétrica.
- IV. **AUDITOR EXTERNO DO PROCESSO:** é a empresa de auditoria externa independente contratada com o objetivo de verificar a lisura e a transparência dos Processos de Desestatização das Companhia Energética do Piauí S.A. – CEPISA, Companhia Energética de Alagoas S.A. – CEAL, Companhia de Eletricidade do Acre S.A. – ELETROACRE,

Centrais Elétricas de Rondônia S.A. – CERON, Boa Vista Energia S.A. e Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - AmD, conforme disposto no art. 22 do Decreto nº 2.594, de 15 de maio de 1998.

- V. BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, regida por seu Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe são aplicáveis, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal, e escritório-base para este processo à Avenida República do Chile, nº 100 –17º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ.
- VI. BOA VISTA ENERGIA: é a distribuidora de energia Boa Vista Energia S.A., Sociedade Anônima Fechada – Empresa Pública, sendo uma subsidiária integral da Eletronorte, com sede na Av. Cap. Ene Garcez, 691 - Centro, Boa Vista - RR, CEP 69301-160 , inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 02.341.470/0001-44.
- VII. CEPISA: é a distribuidora de energia Companhia Energética do Piauí S.A., com sede na Avenida Maranhão, 759/Sul, Teresina – Piauí, CEP 64.001-010, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 64.001-010.
- VIII. CEAL: é a distribuidora de energia Companhia Energética de Alagoas S.A., com sede na Avenida Fernandes Lima, nº 3349, Gruta de Lourdes - CEP: 57052-902 - MACEIÓ-AL inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 12.272.084/0001-00.
- IX. CERON: é a distribuidora de energia Centrais Elétricas de Rondônia S.A., com sede na Avenida Imigrantes, 4137, bairro Industrial, CEP 76.821.-063, Porto Velho, Rondônia, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 05.914.650/0001-66.
- X. CPPI: é Conselho do Programa de Parcerias de Investimento da Presidência da República, instituído pelo art. 7º da Lei nº 13.334, de 13.09.2016 que incorporou as atribuições do Conselho Nacional de Desestatização, órgão superior de decisão do Programa Nacional de Desestatização - PND.
- XI. CONTRATADA: é a entidade a ser contratada para executar o serviço de auditoria externa dos processos de desestatização da Companhia Energética do Piauí S.A. – CEPISA, Companhia Energética de Alagoas S.A. – CEAL, Companhia de Eletricidade do Acre S.A. – ELETROACRE, Centrais Elétricas de Rondônia S.A. – CERON, Boa Vista Energia S.A. e Amazonas Distribuidora de Energia S.A.
- XII. CONTRATO: é o contrato de prestação de serviço de auditoria externa dos processos de desestatização da Companhia Energética do Piauí S.A. – CEPISA, Companhia Energética de Alagoas S.A. – CEAL,

Companhia de Eletricidade do Acre S.A. – ELETROACRE, Centrais Elétricas de Rondônia S.A. – CERON, Boa Vista Energia S.A. e Amazonas Distribuidora de Energia S.A.

- XIII. DATA-ROOM: sala virtual ou presencial que dispõe de banco de dados, e relatórios diversos com as informações da companhia em processos de venda ou demais operações.
- XIV. ELETROACRE: é a distribuidora de energia Companhia de Eletricidade do Acre S.A., sociedade anônima de economia mista, com sede na Rua Valério Magalhães, 226, Bosque, CEP 69.909-710, na cidade de Rio Branco - AC, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 04.065.033/0001-70 controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras.
- XV. ELETROBRAS: é a empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A., sociedade de economia mista constituída na forma da Lei n.º 3.890-A, de 25 de abril de 1961, com sede no Setor de Autarquias Norte – SAN – Quadra 1 – Rua N-2 – Edifício Petrobras – 4 andar, Brasília, Distrito Federal, e escritório central na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Vargas, nº 409 – 13º andar – Centro, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n.º 00.001.180/0002-07. Possui ações negociadas nas Bolsas de Valores de São Paulo (BOVESPA), Nova Iorque, nos EUA (NYSE - ADR), e de Madri, na Espanha (LATIBEX), controladora das empresas distribuidoras de energia elétrica.
- XVI. FND: é o Fundo Nacional de Desestatização, nos termos do art. 9º da Lei nº 9.491, de 09.09.1997.
- XVII. IPCA: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
- XVIII. MME: é o Ministério das Minas e Energia.
- XIX. PND: Programa Nacional de Desestatização, regido pela Lei nº 9.491, de 09.09.1997.
- XX. PRODUTOS: são os resultados dos serviços, a serem entregues ao BNDES sob a forma de relatórios.
- XXI. ROAD SHOW: apresentação de negócios para potenciais investidores.
- XXII. TCU: é o Tribunal de Contas da União, órgão de controle e fiscalização de processos de desestatização de empresas, dentre outros.

3. DESCRIÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

3.1 ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1.1 Compreende-se no objeto do procedimento licitatório ora proposto a realização pela empresa a ser contratada das seguintes tarefas:

a) verificar se os Processos de Desestatização das Empresas estão de acordo com as normas legais e regulamentares pertinentes.

b) verificar e atestar a lisura e a observância das regras estabelecidas nos processos de desestatização a partir da publicação do(s) edita(is) de desestatização das Empresas, ou a partir de outro evento definido pelo CPPI, até a publicação no Diário Oficial de União dos avisos de encerramento dos Processos de Desestatização das Empresas ou eventual decisão do CPPI ou de autoridade competente que, a critério do BNDES, resulte na paralisação dos Processo de Desestatizações das Empresas por prazo indeterminado, hipóteses em que serão quitados eventuais pagamentos ainda não realizados à CONTRATADA pelos serviços efetivamente prestados.

c) elaborar relatório de procedimentos de diligências que avalie e ateste a observância dos dispositivos legais pertinentes, a igualdade de tratamento, e a regularidade, lisura e transparência dos Procedimentos de Diligências, considerando, dentre outros, os seguintes tópicos :

- Publicação do Aviso e do Manual de Procedimentos de Diligências;
- Abertura do Data Room físico e virtual conforme o cronograma do Aviso e sua efetiva operacionalização;
- Atendimento das Condições de Habilitação e Acesso ao Data Room, tais como pagamento de Taxa de Acesso e Depósito Caução, verificação de documentação para acesso;
- Isonomia de informações disponibilizadas no Data Room aos interessados habilitados;
- Reuniões com as Companhias;
- Visitas Técnicas;
- Aviso de Encerramento do DataRoom (físico e virtual); e
- Atendimento das Condições de Encerramento do Data Room, tais como devolução de Depósito Caução aos Interessados.

d) elaborar relatório de audiência pública que avalie e ateste a observância dos dispositivos legais pertinentes, a igualdade de tratamento, e a regularidade, lisura e transparência das Audiências Públicas, considerando, dentre outros, os seguintes tópicos:

- Publicação do Aviso;
- Organização e Divulgação do Evento;
- Disponibilização do Regulamento;
- Cumprimento do Regulamento no evento; e
- Disponibilização da Ata do Evento.

e) elaborar relatório dos *roads shows* que avalie e ateste a observância dos dispositivos legais pertinentes, a igualdade de tratamento, e a regularidade, lisura e transparência dos eventos relacionados aos Roads Shows com

potenciais investidores no Brasil considerando, dentre outros, os seguintes tópicos:

- processo de seleção dos potenciais interessados a serem convidados para o evento;

- publicidade e divulgação do evento; e

- isonomia de informações aos interessados que compareceram ao evento.

f) elaborar relatório dos *roads shows* que avalie e ateste a observância dos dispositivos legais pertinentes, a igualdade de tratamento, e a regularidade, lisura e transparência dos eventos relacionados aos Roads Shows com potenciais investidores no Exterior considerando, dentre outros, os seguintes tópicos:

- processo de seleção dos potenciais interessados a serem convidados para o evento;

- publicidade e divulgação do evento; e

- isonomia de informações aos interessados que compareceram ao evento.

g) elaborar relatório da publicação do edital que avalie e ateste a observância dos dispositivos legais pertinentes, a igualdade de tratamento, e a regularidade, lisura e transparência na publicação do edital de desestatização, considerando, dentre outros, os seguintes tópicos:

- cumprimento da Resolução do CPPI que aprovou as condições de venda das ações das empresas;

- cumprimento da Lei 13.303/2016, em especial a forma de publicação obrigatória do Edital ou de seu aviso, e suas eventuais alterações; e

- disponibilização do Edital de Desestatização e seus anexos em sítios eletrônicos.

h) elaborar relatório sobre Reuniões de Esclarecimentos com Empregados e Aposentados que avalie e ateste a observância dos dispositivos legais pertinentes, a igualdade de tratamento, e a regularidade, lisura e transparência das reuniões presenciais e por vídeoconferência com Empregados e Aposentados, considerando, dentre outros, os seguintes tópicos:

- Disponibilização adequada de informação sobre o processo de desestatização e sobre os procedimentos da oferta de ações aos E&A;

- Divulgação das Reuniões de Esclarecimentos;

- Organização das Reuniões de Esclarecimentos; e

- Esclarecimento das dúvidas levantadas durante as reuniões pelos Empregados e Aposentados.

i) elaborar relatório da realização do leilão que avalie e ateste a observância dos dispositivos legais pertinentes, a igualdade de tratamento, e a regularidade, lisura e transparência do Leilão, considerando, dentre outros, os seguintes tópicos: A

- Entrega da Documentação (Habilitação, Proposta Econômica e Garantia de Proposta e Documentos de Representação);
- Divulgação dos comunicados relevantes e das decisões da Comissão de Licitação;

- Sessão Pública do Leilão; e

- Homologação e Publicação do Resultado do Leilão.

j) elaborar relatório sobre a realização da Oferta aos Empregados e Aposentados que avalie e ateste a observância dos dispositivos legais pertinentes, a igualdade de tratamento, e a regularidade, lisura e transparência da oferta de ações aos Empregados e Aposentados, considerando, dentre outros, os seguintes tópicos:

- Disponibilização adequada de informação sobre o processo de desestatização e sobre os procedimentos da oferta de ações aos E&A;

- Disponibilização de postos de atendimento para dirimir dúvidas e coleta de documentos de pedido de habilitação;

- Disponibilização de canais de comunicação para dirimir dúvidas;

- Divulgação da Relação Preliminar e Definitiva dos Empregados e Aposentados habilitados a participar da oferta;

- Divulgação da Relação dos Empregados e Aposentados aptos a participar da segunda oferta, quando aplicável; e

- Divulgação da Relação Final dos Empregados e Aposentados após a liquidação da última oferta.

k) elaborar parecer dos auditores independentes do processo e relatório final do processo, acompanhado de relatório circunstanciado, contendo a análise e avaliação quanto aos seguintes aspectos, dentre outros: observância dos dispositivos legais pertinentes; igualdade de tratamento dispensado aos concorrentes e regularidade dos procedimentos na fase de qualificação dos candidatos.

l) zelar para que a divulgação de informações oficiais sobre os Processos de Desestatização e sobre as empresas objeto da desestatização seja feita de forma válida e regular, e igual para todos os interessados;

m) acompanhar as reuniões a serem realizadas pelo CPPI e pelas empresas, órgãos e/ou entidades públicas ou privadas, inclusive CEPISA, CEAL, ELETROACRE, CERON, Boa Vista Energia S.A., AmD e ELETROBRÁS, com o objetivo de assegurar a equidade de informações sobre os Processos de Desestatização a todos os interessados;

n) comparecer e acompanhar, mediante solicitação do BNDES, reuniões com os interessados, inclusive com categorias especiais de interessados (acionistas, empregados, clientes, fornecedores, credores, consumidores, etc), relativas às desestatizações;

A

- o) acompanhar quaisquer assuntos relacionados aos Processos de Desestatização;
- p) comunicar, imediatamente ao CPPI por intermédio do BNDES, quaisquer fatos, procedimentos, ou circunstâncias que possam comprometer a lisura dos Processos de Desestatização;
- q) prestar, em caráter permanente, durante o prazo de vigência do contrato, os serviços de auditoria externa independente dos processos de desestatização.

3.1.2 No Processo de Desestatização das Empresas o *data room* poderá ser iniciado, por determinação do CPPI, antes da publicação do edital de alienação. Neste último caso, o *data room* será, na fase inicial, virtual e somente serão disponibilizadas informações técnicas que já existem atualmente e que podem ser divulgadas. As informações referentes à avaliação econômico-financeira e demais informações referentes à modelagem somente serão disponibilizadas após a publicação do edital de desestatização.

3.1.3 Como resultado dos serviços contratados, competirá à CONTRATADA verificar e atestar a lisura e a observância das regras estabelecidas no edital de desestatização, prestar os demais serviços previstos neste TERMO DE REFERÊNCIA e apresentar, ao final dos Processos de Desestatização, relatório que será submetido pelo BNDES à apreciação do CPPI, no qual deverão ser abordados pontos relativos à equidade de tratamento aos interessados, bem como à transparência dos Processos de Desestatização e à obediência às normas legais e regulamentares aplicáveis à espécie.

A

3.1.4 Na hipótese de sobrevir decisão do CPPI ou de órgão equivalente que, a critério do BNDES, resulte na paralisação do(s) Processo(s) de Desestatização da(s) Empresa(s) por prazo indeterminado, o relatório final deverá atestar a lisura e a equidade de tratamento aos interessados de todos os eventos ocorridos entre a data de início do serviço de auditoria e a paralisação do processo, bem como deverá constar o ato que determinou a paralisação do processo.

3.1.5 Na hipótese prevista no item 3.1.4, a remuneração do parecer dos auditores independentes do processo e relatório final do processo a que se refere o item 3.1.1, k ocorrerá na seguinte proporção:

Paralisação	Percentuais
Até a realização da sessão pública do leilão de desestatização ou de outra modalidade permitida em lei.	30%
Até a homologação do leilão de desestatização ou de outra modalidade permitida em lei.	50%
Até a assinatura do instrumento jurídico que transfere o controle e a execução do serviço de distribuição	75%

3.2 DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS E PRAZOS DE ENTREGA

3.2.1 A CONTRATADA deverá entregar ao BNDES os **PRODUTOS** a que se refere o **ANEXO 1 (Tabela de Produtos)** desse TERMO DE REFERÊNCIA.

3.3 DA SUBCONTRATAÇÃO

O LICITANTE vencedor somente poderá subcontratar tarefas relativas aos serviços objeto desta licitação se obedecidos os seguintes requisitos:

- Durante a execução dos serviços, a CONTRATADA poderá vir a subcontratar serviços jurídicos auxiliares aos serviços de auditoria externa independente, mediante aprovação do BNDES;
- Em caso de subcontratação, não será estabelecido qualquer vínculo jurídico entre o BNDES e a(s) subcontratada(s), permanecendo a CONTRATADA responsável pelo integral cumprimento das obrigações estabelecidas no CONTRATO;

- A CONTRATADA deverá informar ao BNDES, com uma antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, qualquer substituição de subcontratada(s), no curso da vigência do CONTRATO;
- A CONTRATADA deverá diligenciar a escolha de subcontratada(s) que viabilize(m) o cumprimento das exigências estipuladas no CONTRATO e respectivos ANEXOS, devendo substituir, inclusive quando houver solicitação do BNDES, imediatamente a(s) subcontratada(s) que, de qualquer forma, impeça(m), dificulte(m) ou prejudique(m) a prestação dos serviços;
- A CONTRATADA se obriga a obter de cada subcontratada a assinatura de uma via de TERMO DE CONFIDENCIALIDADE (Anexo 2), pelo seu representante legal e pelos profissionais que tenham acesso a informações sigilosas, devendo encaminhá-lo ao BNDES, antes do início da execução dos serviços subcontratados.

4. LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA/PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 Os produtos a que se refere o **ANEXO 1 (Tabela de Produtos)** desse TERMO DE REFERÊNCIA serão elaborados nas dependências da CONTRATADA, cabendo a esta toda a responsabilidade quanto à infraestrutura e meios necessários à plena execução dos serviços.

4.2 Para a elaboração dos produtos a que se refere o **ANEXO 1 (Tabela de Produtos)** desse TERMO DE REFERÊNCIA poderão ser necessárias viagens a Manaus - AM, Rio Branco - AC, Roraima - RR, Teresina - PI, Rondônia - RO, Alagoas - AL, Brasília - DF, Rio de Janeiro - RJ e São Paulo - SP.

4.3 Para a elaboração do Produto 4 a que se refere o **ANEXO 1 (Tabela de Produtos)** desse TERMO DE REFERÊNCIA, referente à relato atestando a lisura e transparência dos *Roadshows no Exterior com potenciais investidores*, considerar, para a elaboração da proposta econômica, que eles deverão ocorrer em, ao menos, duas cidades, sendo uma delas obrigatoriamente na Europa ou na Ásia, conforme o disposto no item 4.2.10.1.3 do Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico AARH nº 51/2016-BNDES, disponível no site do BNDES no endereço: <http://www.bndes.gov.br>.

A

5. RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

O **BNDES** efetuará o recebimento dos produtos objeto desse **CONTRATO**, observando os seguintes procedimentos:

I. Recebimento Provisório: Os produtos serão recebidos provisoriamente, pelo Gestor do Contrato, quando da respectiva entrega, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade e quantidade dos mesmos com as especificações constantes no TERMO DE REFERÊNCIA, bem como atendimento das obrigações estipuladas no **CONTRATO**;

II. Recebimento Definitivo: Os produtos serão recebidos definitivamente após a verificação da qualidade - adequação às especificações técnicas, constantes no TERMO DE REFERÊNCIA, e da quantidade, mediante o aceite definitivo pelo Gestor do **CONTRATO**, designado pelo **BNDES** para tal fim.

5.1 Os produtos a serem entregues pela CONTRATADA devem estar, obrigatoriamente, em suas versões finais, não devendo ser entregues, para este fim, em suas versões preliminares, *drafts*, rascunhos ou similares.

6. EXECUÇÃO DO OBJETO

O objeto será executado de acordo com as atividades e procedimentos descritos abaixo:

6.1 Todos os **PRODUTOS** deverão ser entregues em versão escrita (impressa) e em meio magnético (gravado em CD), utilizando-se, para tanto, do MS Word e do MS Excel. Serão entregues 2 (duas) vias da versão escrita e 1 (uma) via da versão magnética, no endereço do **BNDES** à Av. República do Chile nº 100 – 17º andar – Rio de Janeiro, RJ - AD/DEADE3.

6.2 O procedimento para entrega dos **PRODUTOS** e execução das demais atividades poderá ser modificado a critério do **BNDES** ou por solicitação da CONTRATADA, mediante aprovação do **BNDES**, sem que lhe seja imputado quaisquer ônus.

6.3 EVENTOS NO ÂMBITO DOS PROCESSOS DE DESESTATIZAÇÃO

EVENTOS(*)
Resolução do CPPI nº nº 03/2016, de 13/09/2016, que recomendou ao Presidente da República a qualificação no âmbito do PPI, para fins de desestatização dos empreendimentos relativos à: I) Amazonas Distribuidora de Energia S.A. e a concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica da qual era titular; II) da Boa Vista Energia S.A. e as concessões do serviço público de distribuição de energia elétrica da qual era titular e da área sob sua atual responsabilidade temporária; III) da ELETROACRE e a concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica da qual era titular; IV) da CEAL e a concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica da qual era titular; IV) da CEPISA e a concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica da qual era titular; e VI) da CERON e a concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica da qual era titular.
Decreto nº 8.893/2016, de 1º de novembro de 2016, confirmou a recomendação do CPPI, designou o BNDES como responsável pela execução e pelo acompanhamento dos processos de desestatização das empresas e designou o Ministério de Minas e Energia como responsável pela coordenação e pelo monitoramento dos procedimentos e das etapas dos processos de desestatização.
Autorização do BNDES para a realização do pregão eletrônico para contratação do serviço de auditoria externa independente.
Publicação do edital de licitação para a contratação do serviço de auditoria externa independente.
Contratação do serviço de auditoria externa dos processos de desestatização.
Envio ao TCU do processo licitatório para a contratação do serviço de auditoria**.
Finalização da avaliação econômico-financeira e patrimonial e aprovação do preço mínimo e das demais condições da desestatização pelo CPPI.
Homologação, pelo órgão competente do alienante, do preço fixado pelo CPPI.
Realização de audiência pública para cada distribuidora.
Validação pelos órgãos de controle (TCU, Procuradorias, etc) do modelo de desestatização e do preço mínimo.
Início do <i>Data Room</i> .
Início dos <i>Roadshows</i> .
Publicação do edital de desestatização.
Início da oferta de ações aos empregados e aposentados das empresas.
Realização do leilão.

41
PA

Homologação do leilão.
Liquidação financeira da oferta do controle.
Assinatura do instrumento contratual de compra e venda de ações e do contrato de concessão do serviço público de distribuição.
Término da oferta de ações aos empregados e aposentados das empresas.
Liquidação financeira da oferta de ações aos empregados e aposentados das empresas.
Publicação do aviso de encerramento dos processos de desestatização.

* Os eventos acima são previstos em caráter exemplificativo, podendo ocorrer eventuais reduções ou acréscimos.

** Conforme a IN nº 27 do TCU, toda a documentação dos processos de desestatização deve ser encaminhada àquele órgão de controle, observados os estágios de fiscalização definidos no citado normativo.

7. PROPOSTA DE PREÇO

7.1 A proposta de preço deverá ser cotada pelo valor global do objeto licitado, de acordo com o **MODELO DE PLANILHA DE PREÇOS** (Anexo 1), conforme as especificações e demais exigências citadas no **EDITAL**, no qual já estarão incluídos todos os impostos, taxas e contribuições, fiscais ou parafiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução do objeto do CONTRATO.

7.2. Deverá ser declarado vencedor o LICITANTE que oferecer o menor valor global para o objeto licitado.

7.3. Deverão estar incluídos no valor ofertado todos os benefícios e os custos diretos e indiretos decorrentes da execução do objeto da presente licitação, inclusive os serviços subcontratados, assim entendidas não só as despesas diretas, com a aquisição de materiais e pagamento de profissionais, como também as indiretas, dentre elas despesas com locomoção de seus profissionais (transportes), hospedagem e alimentação dos mesmos, despesas financeiras, contribuições devidas à Previdência Social, encargos sociais e trabalhistas, impostos, taxas, contribuições parafiscais e emolumentos incidentes sobre os serviços, ou outras quaisquer despesas, sejam de que natureza forem, observado o disposto no subitem abaixo.

7.3.1. O pagamento pelos serviços será efetuado exclusivamente com base nos produtos definidos na **Tabela de Produtos (Anexo 1)**. Os

A

42
M

produtos serão pagos de acordo com a quantidade solicitada pelo BNDES e efetivamente entregue pela Contratada. Os quantitativos constantes na Planilha de Preços são estimativos, sendo possível a sua não utilização total pelo Gestor do Contrato, caso em que serão pagos somente os serviços efetivamente prestados.

7.3.2. Caso não haja demanda integral do contrato, conforme subitem 7.3.1 acima, a Contratada não terá direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, independentemente do volume do Contrato demandado.

7.4. A Proposta de Preço deverá ser redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com clareza, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, sendo firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado, com todos os preços expressos em Reais (R\$).

7.5. A Proposta de Preço deverá ter prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a partir da data de entrega ao BNDES.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 Além de cumprir as demais obrigações contratuais, a Contratada se obrigará em especial a:

- a) responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos, contribuições, indenizações, vales-refeição, vales-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;
- b) assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa em relação ao objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas na prestação dos serviços ou na realização de quaisquer ajustes;
- c) assumir inteira responsabilidade técnica perante à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e perante o Conselho Regional de Contabilidade – CRC, no âmbito de suas atribuições, pelos serviços prestados e por quaisquer ajustes relacionados à prestação destes serviços;

A

- d) indicar profissional para atuar como interlocutor do contrato junto ao BNDES, participando, sempre que solicitado, de reuniões de acompanhamento dos serviços prestados;
- e) prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo BNDES;
- f) manter sigilo relativamente ao objeto contratado, bem como sobre dados, documentos, especificações técnicas ou comerciais, não tornadas públicas pelo BNDES, de que venha a ter conhecimento em virtude da contratação, bem como a respeito da execução e resultados obtidos na prestação de serviços, inclusive após o término do prazo de vigência do contrato, sendo vedada a divulgação dos referidos resultados a terceiros em geral, e em especial a quaisquer meios de comunicação públicos e/ou privados;
- g) cumprir o objeto do contrato, com a equipe técnica básica indicada por ocasião da fase das condições da contratação, ficando qualquer alteração na equipe sujeita à prévia aprovação pelo BNDES;
- h) realizar a substituição de profissionais, sempre que o BNDES solicitar, em virtude do descumprimento pela CONTRATADA das obrigações contratuais previstas neste TERMO DE REFERÊNCIA, em um prazo de 10 (dez) dias úteis, de forma a não impactar a execução das atividades objeto do CONTRATO;
- i) manter, por seus representantes ou prepostos, sigilo em relação a terceiros, quanto ao Processo de Desestatização, aos serviços de auditoria e suas conclusões;
- j) informar previamente ao BNDES, para efeito de acompanhamento e controle de dispêndios, os serviços de auditoria a serem prestados, bem como os PRODUTOS a serem entregues, a cada evento dos Processos de Desestatização;
- k) observar todas as condições e requisitos constantes no presente TERMO DE REFERÊNCIA;
- l) notificar imediatamente ao **BNDES**, por escrito, quaisquer fatos que possam pôr em risco a execução do presente objeto;

A.

44
M

- m) observar as normas relativas ao sigilo e à confidencialidade de informações e dados disponibilizados, conforme determinado no **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE** (Anexo 2);
- n) apresentar, por ocasião da realização da reunião preliminar com o gestor do CONTRATO, os **TERMOS DE CONFIDENCIALIDADE** (Anexo 2), assinados por cada um dos profissionais integrantes da Equipe a ser disponibilizada para a execução dos serviços objeto do CONTRATO.
- o) apresentar, como anexo ao CONTRATO, o **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE** constante no Anexo 2, assinado pelo representante legal do licitante;
- p) observar as normas de segurança no acesso às dependências do BNDES, MME, ELETROBRAS, distribuidoras de energia elétrica e às instalações das áreas de concessão sob sua responsabilidade;
- q) observar, durante a execução dos serviços contratados, o fiel cumprimento das leis federais, estaduais e municipais vigentes ou que venham a vigor, sendo a única responsável pelas infrações que venham a ser cometidas;
- r) ser responsável por quaisquer encargos de natureza civil, fiscal, comercial, trabalhista ou previdenciária, decorrentes da execução dos serviços contratados, cumprindo ao BNDES tão somente o pagamento do preço na forma ajustada;
- s) ser responsável pela reparação de quaisquer danos causados ao BNDES ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou profissionais, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução das atividades previstas pelo BNDES;
- t) apurado o dano e caracterizada sua autoria por qualquer profissional da CONTRATADA, esta pagará ao BNDES o valor correspondente, sendo o valor desta indenização descontado da(s) fatura(s) vincenda(s), mediante compensação ou recolhimento à tesouraria do BNDES;
- u) cumprir e obedecer as diretrizes e normas da **Política Corporativa de Segurança da Informação do BNDES**, necessárias para resguardar e assegurar que as informações sejam preservadas quanto à integridade e

45
M

confidencialidade, sob pena de responsabilizar-se pelo ressarcimento de quaisquer danos, ou prejuízos causados ao BNDES, suas subsidiárias ou a terceiros, decorrentes de execução do CONTRATO, bastando, para tanto, comunicação por escrito;

- v) manter, durante a vigência do CONTRATO, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando, sempre que solicitado pelo BNDES, sua regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRF), a Previdência Social (CND), a Receita Federal, a Procuradoria Geral de Fazenda Nacional e demais exigências do CONTRATO;
- w) observar o **Código de Ética do Sistema BNDES** vigente ao tempo da contratação, o qual deverá ser consultado por intermédio do sítio www.bndes.gov.br ou requisitado ao Gestor do CONTRATO, assegurando-se de que seus representantes legais e que todos os profissionais envolvidos na execução do objeto pautem seu comportamento e sua atuação pelos princípios nele constantes;
- x) não participar, direta ou indiretamente, da(s) licitação(ões) de desestatização da CEPISA, CEAL, ELETROACRE, CERON, Boa Vista Energia S.A. e Amazonas Distribuidora de Energia S.A.. Considera-se participação indireta a existência de vínculo de natureza técnica, comercial, econômica ou financeira entre a CONTRATADA e algum dos licitantes participantes do(s) certame(s) relacionado(s) aos Processos de Desestatização da CEPISA, CEAL, ELETROACRE, CERON, Boa Vista Energia S.A. e Amazonas Distribuidora de Energia S.A.
 - a. A restrição disposta no presente inciso também se aplica:
 - i. aos controladores, controladas, coligadas e entidades sob controle comum da CONTRATADA; e
 - ii. às pessoas físicas e jurídicas que atuarão como contratadas ou prepostos da CONTRATADA para a execução dos SERVIÇOS TÉCNICOS pela CONTRATADA.
- y) não prestar às Companhia Energética do Piauí S.A. – CEPISA, Companhia Energética de Alagoas S.A. – CEAL, Companhia de

A

Eletricidade do Acre S.A. – ELETROACRE, Centrais Elétricas de Rondônia S.A. – CERON, Boa Vista Energia S.A. e Amazonas Distribuidora de Energia S.A. – AmD serviços de auditoria externa independente durante o prazo de vigência do contrato objeto da presente licitação; e

- z) comprovar, caso seja(m) subcontratado(s) advogado(s) ou sociedade(s) de advogados para a prestação de serviços jurídicos auxiliares, conforme descrito no subitem 3.3 do TERMO DE REFERENCIA, a respectiva inscrição ou registro na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do Contrato.

9. OBRIGAÇÕES DO BNDES

9.1 Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 13.303, de 30/06/2016, constituem, ainda, obrigações do BNDES:

- a) colaborar no sentido de obter as informações necessárias, relacionadas com os Processos de Desestatização, que venham a ser solicitadas pelos representantes ou prepostos da CONTRATADA;
- b) observar todas as exigências, obrigações, prazos e condições previstas neste TERMO DE REFERÊNCIA;
- c) realizar o pagamento devido à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste TERMO DE REFERÊNCIA;
- d) designar, como Gestor do CONTRATO, a Chefe do AD/DEADE3, que será responsável pelo recebimento dos produtos decorrentes da prestação de serviços, bem como pela sua avaliação, pela liquidação da despesa e pelo atestado de cumprimento das obrigações do CONTRATO;
- e) realizar, quando conveniente, a substituição do Gestor do CONTRATO, designado na alínea anterior, por outro profissional, e comunicar por via epistolar à CONTRATADA;
- f) comunicar à CONTRATADA, por escrito:

47
M

- I) quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados com o CONTRATO;
 - II) a abertura de procedimento administrativo para a apuração de condutas irregulares da CONTRATADA, concedendo-lhe prazo para defesa;
 - III) a aplicação de eventual penalidade, nos termos do CONTRATO;
- g) fornecer à CONTRATADA, quando solicitado ao Gestor do CONTRATO, cópia do Código de Ética do Sistema BNDES e da Política Corporativa de Segurança da Informação do BNDES;
- h) avaliar os profissionais indicados pela CONTRATADA para execução das atividades objeto do CONTRATO, reservando-se ao direito de rejeitar ou solicitar a substituição de qualquer profissional que não atenda às exigências de perfil profissional mínimo especificadas neste TERMO DE REFERÊNCIA.

10. CONDIÇÕES PARA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

10.1 O **LICITANTE** ofertante do melhor lance deverá apresentar, como condição para aceitação da proposta, planilha de preços adequada ao lance final ofertado, conforme modelo constante de **PLANILHA DE PREÇOS** (Anexo 1).

11. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO TÉCNICA

11.1 Para fins de habilitação técnica no certame, deve ser exigida a apresentação pelo licitante ofertante da melhor proposta a seguinte documentação, sob pena de inabilitação:

A

a) Registro ou Inscrição na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), através de cópia do Ato Declaratório da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, devidamente publicado no Diário Oficial da União, afirmando o registro como Auditor Independente;

b) Registro ou inscrição do Licitante no Conselho Regional de Contabilidade – CRC;

c) Atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que o **LICITANTE** executou serviços, da mesma natureza ao da presente licitação, devendo o(s) documento(s) conter o nome, o endereço e o telefone de contato do(s) atestador(es), ou qualquer outra forma de que o **BNDES** possa valer-se para manter contato com a(s) sociedade(s) atestante(s).

c.1) Entende-se por serviços de mesma natureza os serviços de auditoria externa independente de processos de desestatização em geral.

12. Equipe da CONTRATADA:

12.1 A Equipe da CONTRATADA deverá ser composta, minimamente, por profissional com a seguinte qualificação:

Profissional	Quantitativo mínimo	Perfil	Documentos comprobatórios do perfil exigido
Auditor externo independente	1	1) Inscrição na CVM na qualidade de auditor externo independente	1) cópia da referida inscrição / registro na CVM;
		2) formação acadêmica de nível superior, com graduação em Ciências Contábeis;	2) cópia do diploma ou certificado de graduação no curso superior, reconhecido pelo MEC
		3) Registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC;	3) cópia do respectivo registro.

12.2 A documentação comprobatória do perfil descrito acima deverá ser apresentada no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do Contrato.

13. PENALIDADES

13.1 Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pelo **BNDES** ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais e/ou legais, sem motivo justificado, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

(a) Advertência;

(b) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, apurada de acordo com a gravidade da infração, incidente sobre o valor total do CONTRATO;

(c) Suspensão do direito de licitar e de contratar com o BNDES, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

14. PAGAMENTO

14.1 Para que o BNDES possa efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, esta deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura relativa aos serviços/produtos efetivamente prestados, condicionado o pagamento ao ateste, pelo Gestor do CONTRATO, do cumprimento das obrigações contratuais.

14.2 Os serviços/produtos deverão ser validados pela Comissão de Recebimento do BNDES, com a emissão do Termo de Recebimento Definitivo. Após a emissão deste termo, a CONTRATADA poderá emitir Nota Fiscal/Fatura.

14.3 O BNDES efetuará o pagamento por meio de crédito em conta bancária em até 10 (dez) dias úteis a contar da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que tenha sido efetuado o recebimento definitivo pelo Gestor do CONTRATO das obrigações contratuais assumidas pela CONTRATADA.

14.4 Para toda efetivação de pagamento, o CONTRATADO deverá apresentar no mínimo 1 (uma) via do documento fiscal ou equivalente legal, quando


Mônica Gallardo Rey
Advogada
AARH/DELIC/GLIC4

emitido em papel, no Protocolo do Edifício de Serviços do BNDES no Rio de Janeiro - EDSERJ, localizado na Avenida República do Chile nº 100, Térreo, Centro, Rio de Janeiro, CEP nº 20.031-917, no período compreendido entre 10h e 18h, ou encaminhar o documento fiscal, quando emitido eletronicamente, à caixa de e-mail nfe@bndes.gov.br.

14.5 Os valores referentes a todos os Produtos serão pagos à medida que a CONTRATADA, mediante solicitação do BNDES, entregar os respectivos relatórios.

15. GARANTIA CONTRATUAL

15.1 A CONTRATADA prestará garantia contratual de 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato, nas modalidades de caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do contrato, prorrogáveis por igual período a critério do BNDES.

16. VIGÊNCIA CONTRATUAL E DATA DE INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

16.1 O Contrato terá duração de 36 meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado, por ocasião da continuidade dos processos de Desestatização e a critério do BNDES, até o limite de 5 (cinco) anos, conforme previsto no art. 71 da Lei nº 13.303/2016.

16.1.1 A CONTRATADA permanecerá vinculada às obrigações previstas no CONTRATO até a data da publicação no Diário Oficial da União do aviso de encerramento dos processos de desestatização da Companhia Energética do Piauí S.A. – CEPISA, Companhia Energética de Alagoas S.A. – CEAL, Companhia de Eletricidade do Acre S.A. – ELETROACRE, Centrais Elétricas de Rondônia S.A. – CERON, Boa Vista Energia S.A. e Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - AmD, ou eventual decisão do CPPI ou de órgão equivalente que, a critério do BNDES, resulte na paralisação do(s) Processo(s) de Desestatização da(s) Empresa(s) por prazo indeterminado, hipóteses em que serão quitados eventuais pagamentos ainda não realizados à CONTRATADA pelos serviços efetivamente prestados, observado o disposto no item 3.1.5 deste Termo de Referência.

16.2 Os serviços de auditoria externa independente deverão ter início a partir da publicação do edital de desestatização ou a partir de outro evento definido pelo CPPI.

A

17. DIREITO DE PROPRIEDADE

17.1 Todos os PRODUTOS gerados como resultado da prestação de serviços pela CONTRATADA serão de propriedade do BNDES, sendo vedada qualquer divulgação ou comercialização por parte da CONTRATADA.

18. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

18.1 Após pesquisa de mercado realizada pela Unidade Demandante da contratação, foram apurados os seguintes valores:

Nº do Produto	Nome do Produto	PREÇO UNITÁRIO POR PRODUTO E POR DISTRIBUIDORA (R\$)						Preço Total por Produto (*)
		CEPISA	CEAL	ELETROACRE	CERON	Boa Vista Energia	Amazonas Distribuidora de Energia	
1	Relatório de Procedimentos de Diligências	62.391,00	63.278,71	59.563,58	71.073,81	48.906,88	89.978,40	790.384,7
2	Relatório de Audiência Pública	15.473,59	15.914,83	12.764,79	17.000,88	11.365,34	28.456,40	201.951,6
3	Relatório de Roads Shows no Brasil	29.640,70	30.008,17	30.133,88	35.361,94	24.501,31	55.084,40	409.460,8
4	Relatório de Roads Shows no Exterior	24.299,25	24.732,87	22.478,45	27.162,33	19.735,58	46.550,39	329.917,7
5	Relatório de Publicação do Edital	40.489,26	41.225,04	35.974,65	43.034,86	33.642,24	62.127,00	512.986,1
6	Relatórios sobre Reuniões de Esclarecimentos com Empregados e Aposentados	16.550,73	16.990,44	14.019,52	18.345,17	12.351,39	31.387,20	219.288,8
7	Relatório da Realização do Leilão	32.260,57	32.981,13	29.521,96	37.477,78	24.502,72	72.434,99	458.358,3
8	Relatórios sobre a Realização da Oferta aos Empregados e Aposentados	21.970,73	22.410,44	19.439,52	23.765,17	17.771,39	36.807,20	284.328,8
9	Parecer e Relatório Final do Processo	29.808,12	30.486,49	26.541,51	33.608,72	22.931,68	59.689,58	203.268,1
					PREÇO TOTAL GLOBAL (R\$):			3.409.943,2

* Soma automática a partir do preenchimento das colunas de valores unitários por produto e Empresa. A soma considera a quantidade de até 2 (dois) relatórios por Empresa e até 12 (doze) no total para os Produtos nº 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8; e 1(um) relatório por Empresa para o Produto nº 9.

A

18.1.1 Assim, o valor global estimado e máximo para a contratação é de até R\$ 3.409.943,27.

18.1.2 Não serão aceitas Propostas com valores unitários e/ou globais acima dos discriminados no **ANEXO 1 (Tabela de Produtos)** desse TERMO DE REFERÊNCIA.

19. EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

19.1 O BNDES e a futura CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição da República Federativa do Brasil, a ser realizado mediante reajuste ou revisão de preços.

19.2 O reajuste de preços, na forma prevista na legislação, poderá ser requerido pela futura CONTRATADA a cada período de 12 (doze) meses, sendo o primeiro contado da data da proposta e os seguintes, do fato gerador anterior, adotando-se para tanto a aplicação do índice IPCA, acumulado no respectivo período, sobre o valor contratado.

19.3 A revisão de preços, observadas as prescrições da lei, poderá ser realizada por iniciativa do BNDES ou mediante solicitação da futura CONTRATADA, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações de qualquer uma das partes.

19.4 A futura CONTRATADA deverá solicitar o reajuste e/ou a revisão de preços até a prorrogação ou encerramento do CONTRATO a ser celebrado, hipótese em que os efeitos financeiros serão concedidos de modo retroativo a partir do fato gerador, e concorda que, caso não observe estes prazos, não fará jus aos efeitos retroativos ou, caso o CONTRATO esteja encerrado, estará renunciando ao reajuste e/ou à revisão.

19.5 Deverá ser utilizado como índice de reajuste o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e estabelecido pela Resolução CMN 2.615, de 30.06.1999, como índice de preços relacionado às metas para inflação, por não haver índice setorial específico.

A

20. GESTÃO DO CONTRATO, EQUIPE TÉCNICA

20.1 O gestor do contrato, responsável pelo recebimento dos produtos decorrentes da prestação de serviços, pela comprovação da adequação técnica do objeto do Contrato e pelo atestado de cumprimento de sua execução, que permitirá a liquidação da despesa, será a Chefe do AD/DEADE3, função atualmente exercida por Lidiane Delesderrier Gonçalves.

20.2 O pregoeiro terá o apoio de uma equipe de três membros composta por empregados lotados na Unidade Demandante.

20. REUNIÃO PRELIMINAR

Em até 10 dias úteis a partir da convocação do Gestor do CONTRATO, deverá ser realizada reunião preliminar para cumprimento do disposto a seguir:

a) o BNDES deve disponibilizar à CONTRATADA as informações necessárias ao início da execução do serviço;

b) a CONTRATADA deve apresentar a sua Equipe, apresentando as comprovações do vínculo jurídico entre a CONTRATADA e os profissionais de sua Equipe, e com eventual subcontratado, devendo também apresentar todos os documentos, inclusive currículos, comprobatórios da qualificação mínima exigida no item 12.2 deste TERMO DE REFERENCIA; e os **TERMOS DE CONFIDENCIALIDADE (Anexo 2 - MINUTA B)** a serem assinados pela equipe indicada pela CONTRATADA, pelos representantes legais e pelos profissionais subcontratados.

21. RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

O pagamento do serviço de auditoria dos Processos de Desestatização, será realizado pelo BNDES com recurso próprio, havendo disponibilidade orçamentária para todo o período de vigência do contrato.

A

54
M

**ANEXO II AO CONTRATO OCS Nº 288/2017
PROPOSTA**

43

A


Mônica Gallardo Rey
Advogada
AARH/DELIC/GLIC4

Loudon Blomquist **50** ANOS

SS
M

Matriz
São Paulo - SP
Rua Senador Paulo Egídio, 72 - Conj. 1.007/9 - 54
São Paulo - SP - CEP: 01.006-904
E-mail: loudonsp@loudon.com.br
Tel.: (11) 3104-8303/3101-7782
Fax: (11) 3104-3420

Filial
Rio de Janeiro - RJ
Av. Pres. Vargas, 509 - 3º andar - Centro
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20.071-003
E-mail: secretaria@loudon.com.br
Tel.: (21) 2509-8658
Fax: (21) 2242-7212

Escritório
Brasília - DF
SCS - Quadra 06 - Bl. A - Conj. 402
Edifício Carioca - Brasília - DF - CEP: 70.325-900
E-mail: projetos@loudon.com.br
Tel.: (61) 3225-0120 / 3963-0705

São Paulo, 02 de junho de 2017.

Assunto: Proposta - PREGÃO ELETRÔNICO AARH N° 04/2017 - BNDES

LICITANTE: Loudon Blomquist Auditores Independentes
CNPJ: 33.179.672/0001-65
ENDEREÇO: Rua Senador Paulo Egídio 72, Conjunto 1007 a 1009,
Sé, São Paulo (SP), CEP:01006-904
TELEFONE: (11) 31048303
E-MAIL: secretaria@lbai.com.br

REPRESENTANTE LEGAL: Noel Luiz Ferreira
NACIONALIDADE: Brasileiro
ESTADO CIVIL: Casado
PROFISSÃO: Contador
FUNÇÃO NA SOCIEDADE: Sócio
RG: 32.412.376-9 - Detran
CPF: 045.199.737-91

Loudon Blomquist Auditores Independentes
CRC-RJ-006064/F-8
Noel Luiz Ferreira
Contador
CRC-RJ-23.317-T-SP-1458-B-RJ

Mônica Galvão Rey
Advogada
AARH/DELIC/GLICA

DESCRIÇÃO DO OBJETO OFERTADO: Contratação de prestação de serviços de auditoria externa independente, abrangendo a assistência, o acompanhamento e a fiscalização dos Processos de Desestatização da Companhia Energética do Piauí S.A. – CEPISA, Companhia Energética de Alagoas S.A. – CEAL, Companhia de Eletricidade do Acre S.A. – ELETROACRE, Centrais Elétricas de Rondônia S.A. – CERON, Boa Vista Energia S.A. e Amazonas Distribuidora de Energia S.A. – AmD (doravante designado Processos de Desestatização), de acordo com os art. 22 do Decreto n° 2.594, de 15.05.98, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis à espécie e consoante especificações a seguir previstas.

A presente proposta, no valor global de R\$ 1.201.600,00 (um milhão, duzentos e um mil e seiscentos Reais), conforme detalhamento na TABELA 1 (Valor dos Produtos) a seguir, possui prazo de validade de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da sua data de entrega ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

LOUDON BLOMQUIST
AUDITORES INDEPENDENTES
CRC-RJ-000064/F-8

Noel Luiz Ferreira
Sócio
CRC-RJ 23.317-T-SP-1458

Assunto: Proposta - PREGÃO ELETRÔNICO AARH Nº 04/2017 – BNDES

TABELA 1: VALOR DOS PRODUTOS

Nº do Produto	Nome do Produto	Referência no Termo de Referência	Quantidade	Prazo de Entrega	PREÇO UNITÁRIO POR DISTRIBUIDORA (R\$)						Preço Total por Produto (*)
					CEPISA	CEAL	ELETROACRE	CERON	Boa Vista Energia	Amazonas Distribuidora de Energia	
1	Relatório de Procedimentos de Diligências	3.1.1, c	até 2 por empresa	20 dias após a solicitação do BNDES	R\$ 25.366,80	R\$ 25.323,75	R\$ 80.358,51	R\$ 32.920,84	R\$ 22.791,98	R\$ 77.780,10	R\$ 429.142,86
2	Relatório de Audiência Pública	3.1.1, d	até 2 por empresa	20 dias após a solicitação do BNDES	R\$ 2.174,30	R\$ 2.170,61	R\$ 2.604,73	R\$ 2.821,79	R\$ 1.953,53	R\$ 6.666,87	R\$ 36.783,67
3	Relatório de Roads Shows no Brasil	3.1.1, e	até 2 por empresa	20 dias após a solicitação do BNDES	R\$ 13.770,55	R\$ 19.747,18	R\$ 16.496,62	R\$ 17.871,84	R\$ 12.372,46	R\$ 42.223,48	R\$ 232.963,27
4	Relatório de Roads Shows no Exterior	3.1.1, f	até 2 por empresa	20 dias após a solicitação do BNDES	R\$ 5.798,13	R\$ 5.788,29	R\$ 6.945,94	R\$ 7.524,77	R\$ 5.209,46	R\$ 17.778,31	R\$ 98.089,80
5	Relatório de Publicação do Edital	3.1.1, g	até 12	20 dias após a solicitação do BNDES	R\$ 3.623,83	R\$ 3.617,68	R\$ 4.341,22	R\$ 4.702,98	R\$ 3.255,91	R\$ 11.111,44	R\$ 61.306,12
6	Relatórios sobre Reuniões de Esclarecimentos com Empregados e Aposentados	3.1.1, h	até 2 por empresa	20 dias após a solicitação do BNDES	R\$ 2.899,06	R\$ 2.894,14	R\$ 3.472,97	R\$ 3.762,39	R\$ 2.604,73	R\$ 8.859,15	R\$ 49.044,90
7	Relatório da Realização do Leilão	3.1.1, i	até 2 por empresa	20 dias após a solicitação do BNDES	R\$ 10.871,43	R\$ 10.853,04	R\$ 13.023,65	R\$ 14.108,95	R\$ 9.767,73	R\$ 33.334,33	R\$ 183.918,37
8	Relatórios sobre a Realização da Oferta aos Empregados e Aposentados	3.1.1, j	até 2 por empresa	20 dias após a solicitação do BNDES	R\$ 2.899,06	R\$ 2.894,14	R\$ 3.472,97	R\$ 3.762,39	R\$ 2.604,73	R\$ 8.859,15	R\$ 49.044,90
9	Parêcer e Relatório Final do Processo	3.1.1, k	até 1 por empresa	30 dias após a solicitação do BNDES	R\$ 7.347,66	R\$ 7.235,36	R\$ 8.682,13	R\$ 9.405,97	R\$ 6.511,82	R\$ 22.222,89	R\$ 61.306,12
(*) Soma automática a partir do preenchimento das colunas de valores unitários por produto e Empresa. A soma considera a quantidade de até 2 relatórios por Empresa e até 12 no total para os Produtos nº 1 ao 8 e 1 relatório por Empresa.										PREÇO TOTAL GLOBAL (R\$):	R\$ 1.201.600,00

LOUDON BLOMQUIST
AUDITORES INDEPENDENTES
CRC-RJ-000064/F-8

Noel Luiz Ferreira
Sócio
CRC-RJ 23.317-T-SP-1458

Atestado de
Mônica Salgado
AARHDELICIGLICA

15

ANEXO III AO CONTRATO OCS Nº 288/2017
MATRIZ DE RISCO

Categoria do Risco	Descrição	Consequência	Medidas Mitigadoras	Alocação do Risco
Risco atinente ao Tempo da Execução	Atraso na execução do objeto contratual por culpa do Contratado.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Diligência do Contratado na execução contratual.	Contratado
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato próprios do risco ordinário da atividade empresarial ou da execução.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Planejamento empresarial.	Contratado
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato que não estejam na sua álea ordinária, tais como fatos do príncipe, caso fortuito ou de força maior, bem como o retardamento determinado pelo BNDES, que comprovadamente repercute no preço do Contratado.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Revisão de preço.	BNDES
Risco da Atividade Empresarial	Alteração de enquadramento tributário, em razão do resultado ou de mudança da atividade empresarial, bem como por erro do Contratado na avaliação da hipótese de incidência tributária.	Aumento ou diminuição do lucro do Contratado.	Planejamento tributário.	Contratado
	Variação da taxa de câmbio.	Aumento ou diminuição do custo do produto e/ou do serviço.	Instrumentos financeiros de proteção cambial (hedge).	Contratado
	Elevação de gastos com viagens superiores ao estimado pelo Contratado.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Melhor planejamento contratual.	Contratado
	Elevação dos custos operacionais para o desenvolvimento da atividade empresarial em geral e para a execução do objeto em particular, tais como aumento de preço de insumos, prestadores de serviço e mão de obra.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Reajuste anual de preço.	BNDES
	Elevação dos custos operacionais definidos na linha anterior, quando superior ao índice de reajuste previsto na Cláusula de Equilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Planejamento empresarial.	Contratado
Riscos Trabalhista e Previdenciário	Responsabilização do BNDES por verbas trabalhistas e previdenciárias dos profissionais do Contratado alocados na execução do objeto contratual.	Geração de custos trabalhistas e/ou previdenciários para o BNDES, além de eventuais honorários advocatícios, multas e verbas sucumbenciais.	Ressarcimento, pelo Contratado, ou retenção de pagamento e compensação com valores a este devidos, da quantia despendida pelo BNDES.	Contratado

Risco Tributário e Fiscal (Não Tributário).	Responsabilização do BNDES por recolhimento indevido em valor menor ou maior que o necessário, ou ainda de ausência de recolhimento, quando devido, sem que haja culpa do BNDES.	Débito ou crédito tributário ou fiscal (não tributário).	Ressarcimento, pelo Contratado, ou retenção de pagamento e compensação com valores a este devidos, da quantia despendida pelo BNDES.	Contratado
--	--	--	--	------------

ANEXO IV AO CONTRATO OCS Nº 288/2017
Termo de Confidencialidade para Representante Legal

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE PARA REPRESENTANTE LEGAL

LOUDON BLOMQUIST AUDITORES INDEPENDENTES, por intermédio de seu representante legal, doravante designado simplesmente **RESPONSÁVEL**, se compromete, por intermédio do presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**, a não divulgar sem autorização quaisquer informações de propriedade da União cuja gestão é do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - **BNDES** e de suas Subsidiárias **BNDES Participações S.A.** - **BNDESPAR** e Agência Especial de Financiamento Industrial - **FINAME**, doravante simplesmente designados como **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, em conformidade com as seguintes **CLÁUSULAS** e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que, em razão da sua prestação de serviços às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES – CONTRATO OCS Nº 288/2017 - SRM 4400002703**, celebrado em __/__/__, estabelece contato com informações privadas das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, que podem e devem ser conceituadas como segredo de indústria ou de negócio. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se incluindo os próprios empregados das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e do **RESPONSÁVEL**, sem a expressa e escrita autorização do representante legal signatário do **CONTRATO** ora referido.

CLÁUSULA SEGUNDA

As informações a serem tratadas confidencialmente são aquelas assim consideradas no âmbito das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e que, por sua natureza, não são ou não deveriam ser de conhecimento de terceiros, tais como:

- I. Listagens e documentações com informações confidenciais a que venha a ter acesso;
- II. Documentos relativos a estratégias econômicas, financeiras, de investimentos, de captações de recursos, de marketing, de clientes e respectivas informações, armazenadas sob qualquer forma, inclusive informatizadas;
- III. Metodologias e Ferramentas de desenvolvimento de produtos elaborados pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** ou por terceiros para as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**;

61
M

- IV. Valores e informações de natureza operacional, financeira, administrativa, contábil e jurídica;
- V. Documentos e informações utilizados na execução dos serviços do **CONTRATO OCS Nº 288/2017**.

CLÁUSULA TERCEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que as referências dos incisos I a V da **CLÁUSULA SEGUNDA** deste Termo são meramente exemplificativas, e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam ou venham ser como tal definidas no futuro devem ser mantidas sob sigilo.

Parágrafo Único

Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, o **RESPONSÁVEL** deverá mantê-la sob sigilo até que venha a ser autorizado expressamente pelo representante legal das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, signatário do **CONTRATO OCS Nº 288/2017**, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma a ausência de manifestação expressa das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** poderá ser interpretada como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.

CLÁUSULA QUARTA

O **RESPONSÁVEL** recolherá, ao término do **CONTRATO OCS Nº 288/2017**, para imediata devolução às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, todo e qualquer material geridos por essas empresas, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa a este relacionada, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse seja de seus empregados, prepostos, prestadores de serviço, seja de fornecedores, com vínculo empregatício ou eventual com o **RESPONSÁVEL**, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial a que teve acesso enquanto contratado pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**.

Parágrafo Único

O **RESPONSÁVEL** determinará a todos os seus empregados, prepostos e prestadores de serviço que estejam, direta ou indiretamente, envolvidos com a prestação de serviços objeto do **CONTRATO OCS Nº 288/2017**, a observância do presente Termo, adotando todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.

CLÁUSULA QUINTA

O **RESPONSÁVEL** obriga-se a informar imediatamente às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo, bem como de seus empregados, prepostos e prestadores de serviço.

CLÁUSULA SEXTA

O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente Termo acarretará a responsabilidade civil e criminal dos que, comprovadamente, estiverem envolvidos no descumprimento ou violação.

CLÁUSULA SÉTIMA

As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação do vínculo contratual entre o **RESPONSÁVEL** e as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e abrangem as informações presentes e futuras.

CLÁUSULA OITAVA

O **RESPONSÁVEL** se compromete, no âmbito do **CONTRATO** objeto do presente Termo, a apresentar às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** declaração individual de adesão e aceitação das **CLÁUSULAS** do **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE** para Profissionais Terceirizados, de cada integrante ou participante da Equipe que prestar ou vier a prestar os serviços especificados no **CONTRATO OCS Nº 288/2017**.

De Acordo,

Rio de Janeiro, 04 de julho de 2017.

Representante Legal da Empresa:

Nome: NOEL LUIZ FERREIRA Cargo/Função: Socio Administrador
CPF: 045.159.737-91 (04) 2509-8688 Telefone: Secultura 2 London.com.BA E-mail:
Documento de Identidade (número,data,emissor): CAC-13-23.317-T.SP-1488

12º OFÍCIO DE NOTAS
TABELIÃO PEDRO CASTILHO
Rua do Rosário, nº 134 - Centro - CEP: 20041-002
Rio de Janeiro/RJ - Telefone: (21) 3852-4000
088591
ABOZZ905

Reconheço por semelhança a firma de: NOEL LUIZ FERREIRA
(L: A-213/155)
Cod: X0000016R791
Rio de Janeiro, 04 de Julho de 2017. Conf. por:
Em testemunho _____ da verdade. Serventia _____ 5.26
TJ+FUNDOS _____ 1.88
Tiago José F. Castilho - Substituto Cad. 94744677 _____ 7.19
ECD04-76327 GGG Consulte em <https://www3.tirj.jus.br/sitepublico>



Mônica Gallardo Rey
Advogada
AARH/DELIC/GLICA



ANEXO V AO CONTRATO OCS Nº 288/2017
Minuta de Termo de Confidencialidade para Profissionais

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE PARA PROFISSIONAIS

_____(Nome do Profissional)_____, doravante designado simplesmente **RESPONSÁVEL**, se compromete, por intermédio do presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**, a não divulgar sem autorização quaisquer informações de propriedade da União cuja gestão é do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - **BNDES** e de suas Subsidiárias **BNDES Participações S.A. - BNDESPAR** e Agência Especial de Financiamento Industrial - **FINAME**, doravante simplesmente designados como **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, em conformidade com as seguintes **CLÁUSULAS** e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que, em razão da sua prestação de serviços às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES – CONTRATO OCS Nº 288/2017 - SRM 4400002703**, celebrado em ____/____/_____, estabelece contato com informações privadas das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, que podem e devem ser conceituadas como segredo de indústria ou de negócio. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se incluindo os próprios empregados das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, sem a expressa e escrita autorização do representante legal signatário do **CONTRATO** ora referido.

CLÁUSULA SEGUNDA

As informações a serem tratadas confidencialmente são aquelas assim consideradas no âmbito das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e que, por sua natureza, não são ou não deveriam ser de conhecimento de terceiros, tais como:

- I. Listagens e documentações com informações sigilosas ou confidenciais a que venha a ter acesso enquanto contratado por sociedade que preste serviço às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**;
- II. Documentos relativos a estratégias econômicas, financeiras, de investimentos, de captações de recursos, de marketing, de clientes e respectivas informações, armazenadas sob qualquer forma, inclusive informatizadas;

A

64
M

- III. Metodologias e Ferramentas de desenvolvimento de produtos e serviços, desenvolvidas pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** ou por terceiros para as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**;
- IV. Valores e informações de natureza operacional, financeira, administrativa, contábil e jurídica;
- V. Documentos e informações utilizados na execução dos serviços do **CONTRATO OCS Nº 288/2017**.

CLÁUSULA TERCEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que as referências dos incisos I a V da **CLÁUSULA SEGUNDA** deste Termo são meramente exemplificativas, e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam ou venham ser como tal definidas no futuro devem ser mantidas sob sigilo.

Parágrafo Único

Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, o **RESPONSÁVEL** deverá mantê-la sob sigilo até que venha a ser autorizado expressamente pelo representante legal das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, signatário do **CONTRATO OCS Nº 288/2017**, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma, a ausência de manifestação expressa das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** poderá ser interpretada como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.

CLÁUSULA QUARTA

O **RESPONSÁVEL** recolherá, ao término do **CONTRATO OCS Nº 288/2017**, para imediata devolução às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, todo e qualquer material geridos por essas empresas, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa a este relacionada, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial a que teve acesso enquanto contratado pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**.

Parágrafo Único

O **RESPONSÁVEL** adotará todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.

CLÁUSULA QUINTA

O **RESPONSÁVEL** obriga-se a informar imediatamente às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.

A

CLÁUSULA SEXTA

O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente Termo acarretará a responsabilidade civil e criminal dos que, comprovadamente, estiverem envolvidos no descumprimento ou violação.

CLÁUSULA SÉTIMA

As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação da prestação de serviços objeto do **CONTRATO OCS Nº 288/2017**, e abrangem as informações presentes e futuras.

De Acordo,

Rio de Janeiro, ____ de ____ de ____.
Profissionais da Equipe:

Nome: Cargo/Função:.....

CPF: Telefone: E-mail:.....

Documento de Identidade (número, data,
emissor):.....

ANEXO VI AO CONTRATO OCS Nº 288/2017
Minuta de Termo de Confidencialidade para Subcontratação

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE PARA REPRESENTANTE LEGAL DO
SUBCONTRATADO

_____, por seu representante legal, doravante designado simplesmente **RESPONSÁVEL**, se compromete, por intermédio do presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**, a não divulgar sem autorização quaisquer informações de propriedade da União cuja gestão é do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - **BNDES** e de suas Subsidiárias BNDES Participações S.A. - BNDESPAR e Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME, doravante simplesmente designados como **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, em conformidade com as seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que, em razão de sua contratação pela sociedade _____ para a prestação de parcela dos serviços do Contrato OCS nº 288/2017 (SRM 4400002703) às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, estabelece contato com informações privadas das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, que podem e devem ser conceituadas como segredo de indústria ou de negócio. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se incluindo os próprios empregados das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e do **RESPONSÁVEL**, sem a expressa e escrita autorização do representante legal do **BNDES**, signatário do Contrato ora referido.

CLÁUSULA SEGUNDA

As informações a serem tratadas confidencialmente são aquelas assim consideradas no âmbito das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e que, por sua natureza, não são ou não deveriam ser de conhecimento de terceiros, tais como:

- I. listagens e documentações com informações confidenciais a que venha a ter acesso;
- II. documentos relativos a estratégias econômicas, financeiras, de investimentos, de captações de recursos, de *marketing*, de clientes e respectivas informações, armazenadas sob qualquer forma, inclusive informatizadas;

III. metodologias e ferramentas de desenvolvimento de produtos elaborados pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** ou por terceiros para as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**;

IV. valores e informações de natureza operacional, financeira, administrativa, contábil e jurídica; e

V. documentos e informações utilizados na execução dos serviços do Contrato OCS nº 288/2017.

CLÁUSULA TERCEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que as referências dos incisos I a V da Cláusula Segunda deste Termo são meramente exemplificativas, e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam ou venham ser como tal definidas no futuro devem ser mantidas sob sigilo.

Parágrafo Único

Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, o **RESPONSÁVEL** deverá mantê-la sob sigilo até que venha a ser autorizado expressamente pelo representante legal das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, signatário do Contrato OCS nº 288/2017, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma a ausência de manifestação expressa das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** poderá ser interpretada como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.

CLÁUSULA QUARTA

O **RESPONSÁVEL** recolherá, ao término do Contrato OCS nº 288/2017, para imediata devolução às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, todo e qualquer material geridos por essas empresas, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa a este relacionada, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse seja de seus empregados, prepostos, prestadores de serviço, seja de fornecedores, com vínculo empregatício ou eventual com o **RESPONSÁVEL**, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial a que teve acesso enquanto contratado pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**.

Parágrafo Único

O **RESPONSÁVEL** determinará a todos os seus empregados, prepostos e prestadores de serviço que estejam, direta ou indiretamente, envolvidos com a prestação de serviços objeto do Contrato OCS nº 288/2017, a observância do presente Termo, adotando todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.

CLÁUSULA QUINTA

O **RESPONSÁVEL** obriga-se a informar imediatamente às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo, bem como de seus empregados, prepostos e prestadores de serviço.

CLÁUSULA SEXTA

O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente Termo acarretará a responsabilidade civil e criminal dos que, comprovadamente, estiverem envolvidos no descumprimento ou violação.

CLÁUSULA SÉTIMA

As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação do vínculo contratual entre o **RESPONSÁVEL** e a sociedade _____ e abrangem as informações presentes e futuras.

De Acordo,

Rio de Janeiro, ____ de _____ de ____.

Representante Legal do Subcontratado:

Nome: _____ Cargo/Função: _____

CPF: _____ Telefone: _____ E-mail: _____

Documento de Identidade (número, data, emissor):
